FGV EBAPE

RAP
REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Fórum: Perspectivas Práticas

Variações no perfil dos ingressantes na carreira diplomática brasileira

Leopoldo Mateus da Silva Ribeiro [1] [2] *

*Autor Correspondente

[1] Fundação Getulio Vargas, Escola de Políticas Públicas, Governo e Empresas, Brasília, DF, Brasil

[2] Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília, DF, Brasil

O perfil dos diplomatas ingressantes no Itamaraty foi investigado por trabalhos anteriores, como de Cheibub (1989) e Lima e Oliveira (2018), mas, no começo deste século, ocorreram modificações relevantes no processo seletivo e a instituição de cotas para negros (pretos e pardos) nos concursos. Assim, o objetivo deste estudo é analisar se houve transformações no perfil dos novos diplomatas. Foram solicitados ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) dados relativos aos empossados na carreira entre 2011 e 2024. Os resultados demonstraram forte aumento de ingressantes negros. Recortes anteriores não apontavam sequer 3% e, entre os que ingressaram recentemente, mais de 26% se declararam pretos ou pardos. A cidade com mais nascidos é o Rio de Janeiro, mas a novidade é o alto número de oriundos de Belo Horizonte – quatro vezes superior às capitais nordestinas do mesmo porte. Regionalmente, apenas 1% dos ingressantes nasceu no Norte. Em termos educacionais, a combinação de curso e universidade mais frequente é Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB), instituição que só formou menos novos empossados que a Universidade de São Paulo (USP). Relações Internacionais é a graduação de 31% dos ingressantes analisados e, por ter se expandido pelo país apenas nos últimos 30 anos, parece ameaçar a histórica liderança do Direito apontada pela literatura. A idade média subiu para 29 anos e a participação feminina segue com tendência de alta – 28% dos novos ingressantes.

Palavras-chave: diplomatas, ministério das relações exteriores, burocratas, perfil, cotas raciais.

Variations in the profile of entrants into the Brazilian diplomatic career

The profile of diplomats entering the Ministry of Foreign Affairs (Itamaraty) has been investigated by previous scholarship, such as Cheibub (1989) and Lima and Oliveira (2018). However, the beginning of this century saw significant changes in the selection process and the establishment of racial quotas for Black and Mixed-race (*pardos*) candidates in public examinations. Thus, this study aims to analyze whether there have been transformations in the profile of new diplomats. Data regarding those who entered the career between 2011 and 2024 were requested

ISSN: 1982-3134

DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220260001

Submetido em 01 de janeiro de 2026 e aceito para publicação em 11 de março de 2026.

Editor-chefe:

Gregory Michener, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Editora adjunta:

Gabriela Spanghero Lotta, Fundação Getulio Vargas, São Paulo, SP, Brasil

Pareceristas:

Caique Sanches Bodine, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Um dos pareceristas não autorizou a divulgação de sua identidade.

Relatório de revisão por pares:

O relatório de revisão por pares está disponível em https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/97069/90457

from the Ministry of Foreign Affairs (MRE). Results show a sharp increase in Black entrants: while previous data did not reach 3%, among recent cohorts, more than 26% identified as Black or Mixed-race. Rio de Janeiro remains the city with the highest number of births, but a notable finding is the high number of diplomats from Belo Horizonte—four times higher than in Northeastern capitals of similar size. Regionally, only 1% of entrants were born in the North. Regarding education, the most frequent degree-university combination is International Relations at the University of Brasília (UnB), which produced fewer entrants only than the University of São Paulo (USP). International Relations is the major of 31% of the entrants analyzed; having expanded across the country only in the last 30 years, it appears to challenge the historical dominance of Law cited in the literature. The average age has risen to 29, and female participation remains on an upward trend, accounting for 28% of new entrants.
Keywords: diplomats, Ministry of Foreign Affairs, bureaucrats, profile, racial quotas.

Variaciones en el perfil de los ingresantes a la carrera diplomática brasileña

El perfil de los diplomáticos que ingresan al Itamaraty fue investigado por trabajos previos, como los de Cheibub (1989) y Lima y Oliveira (2018); sin embargo, a principios de este siglo ocurrieron cambios relevantes en el proceso de selección y la institución de cuotas para negros (negros y pardos) en los concursos públicos. Por lo tanto, el objetivo de este estudio es analizar si hubo transformaciones en el perfil de los nuevos diplomáticos. Se solicitaron al Ministerio de Relaciones Exteriores (MRE) datos relativos a los ingresantes en la carrera entre 2011 y 2024. Los resultados demostraron un fuerte aumento de ingresantes negros: si los registros anteriores no alcanzaban el 3%, entre los que ingresaron recientemente más del 26% se declaró negro o pardo. La ciudad con más nacimientos es Río de Janeiro, pero la novedad es el elevado número de oriundos de Belo Horizonte —cuatro veces superior al de las capitales del noreste del mismo tamaño. Regionalmente, solo el 1% de los ingresantes nació en el Norte. En términos educativos, la combinación de carrera y universidad más frecuente es Relaciones Internacionales en la Universidad de Brasilia (UnB), institución que solo formó a menos ingresantes que la Universidad de São Paulo (USP). Relaciones Internacionales es la titulación del 31% de los analizados y, al haberse expandido por el país solo en los últimos 30 años, parece amenazar el liderazgo histórico del Derecho señalado por la literatura. La edad promedio aumentó a 29 años y la participación femenina sigue una tendencia al alza, representando el 28% de los nuevos ingresantes.
Palabras clave: diplomáticos, ministerio de relaciones exteriores, burócratas, perfil, cuotas raciales.

1. INTRODUÇÃO

Os diplomatas são responsáveis por representar, negociar, informar e proteger os interesses brasileiros no campo internacional (Lei nº 11.440, 2006). Por causa do rol de incumbências, o corpo diplomático despertou o interesse de diversos pesquisadores nas últimas décadas, focados em investigar a formação e o perfil desses atores protagonistas na implementação da política externa brasileira.

Em trabalho seminal, Cheibub (1985) dividiu a história do Itamaraty em três momentos: 1) o patrimonial (de 1822 até o final do século XIX); 2) o carismático (anos iniciais do século XX) e 3) o burocrático-racional (do final da década de 1910 até os anos 1980). No primeiro, não haveria diferenciação entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e os diplomatas como burocracia estatal e elite do Império. No segundo, sob o comando do Barão do Rio Branco, teriam ocorrido o rompimento das estruturas históricas do MRE e uma fase de transição baseada no estilo de liderança do chanceler. No terceiro, várias grandes reformas administrativas foram realizadas no órgão, com foco em construir uma estrutura burocrática e racional no Itamaraty e na carreira diplomática no modelo weberiano. Para o autor, a criação do Instituto Rio Branco, em 1945, foi um marco na profissionalização do corpo diplomático ao estabelecer uma carreira civil bem preparada e coesa.

Quatro anos depois, Cheibub (1989) investigou o perfil educacional, social e econômico e a origem geográfica dos diplomatas brasileiros ao longo da história. Demonstrou, por exemplo, que o fato de, até o final dos anos 1950, os concursos para o Itamaraty ocorrerem apenas no Rio de Janeiro não favorecia a diversidade regional nem econômica, já que apenas os mais abastados de outras

localidades podiam custear o investimento necessário. O autor também analisou o tempo necessário para a ascensão aos padrões mais altos da carreira, considerando variáveis como local de residência, profissão dos pais e nível educacional do diplomata.

Até meados dos anos 1990, segundo Faria (2012, p. 312), prevalecia:

> a percepção do Itamaraty, agência estatal responsável pela implementação da política exterior do país, mas que frequentemente tem assumido também, nas últimas décadas, o encargo de formulação dessa política, como instituição fortemente insulada, pouco transparente e pouco responsiva às demandas e aos interesses dos demais atores políticos, burocráticos e societários.
>
> Não obstante essa percepção até há pouco hegemônica, diversas análises mais recentes têm argumentado que se estão avolumando no país as pressões no sentido da conformação de um processo de produção da política externa que seja mais poroso, plural ou democrático. Fatores de diversas ordens, no plano doméstico e relativos ao sistema internacional, têm convergido nesse sentido.

Atualmente, a hipótese de que a presença de "lideranças carismáticas ou o monopólio de uma agência possam *per se* explicar a definição dos interesses do país no plano internacional se tornou analiticamente menos convincente" (Milani & Pinheiro, 2013, pp. 11-12). Segundo os autores, empresários, movimentos sociais, entes e instituições governamentais e não governamentais têm atuado internacionalmente de forma mais orgânica e articulada, até independentemente do Estado, na defesa de interesses específicos.

No Poder Executivo Federal, diversos atores têm agido internacionalmente, em conjunto com o Itamaraty ou de forma autônoma, como demonstraram França e Badin (2010) e Silva et al. (2010). Para Hirst et al. (2010, p. 38), a existência de uma agenda de política externa nos demais ministérios tem potencial de criar disputas entre burocracias e "a crescente pluralização de divisões dentro da burocracia diplomática, numa tentativa de resposta à diversidade da agenda e a pluralização de atores com objetivos de coordenação" pode também gerar disputas intraburocráticas e uma ampliação da burocracia.

Do ponto de vista estrutural, na reformulação realizada em 2023, o MRE criou, por exemplo, a Secretaria de Clima, Energia e Meio Ambiente e a Assessoria de Participação Social e Diversidade. Foi afirmado que seriam focos a valorização de servidores e a promoção da diversidade e da inclusão, além "da luta contra o assédio e da promoção da igualdade de oportunidades" (Belém Lopes, p. 85, 2024).

Cinco anos antes, para verificar se o cenário cada vez mais complexo e exigente quanto às capacidades estatais impactou também o perfil do corpo diplomático, Lima e Oliveira (2018) já haviam realizado uma comparação com os achados de Cheibub (1989) e também levantaram dados referentes aos diplomatas, tendo como fonte o Anuário do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores Diplomatas 2010 (turmas ingressantes até 2009, com atualização em 2010).

Os resultados apontaram mudanças, como a tendência de diminuição do domínio dos nascidos no Rio de Janeiro, já que houve perda da liderança para São Paulo entre 2003 e 2010. Também se concluiu que a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Brasília (UnB) já formavam 35% do total de ingressantes na carreira na década de 2000 e que os cursos de Comunicação Social e Relações Internacionais vinham crescendo como graduações de formação dos novos diplomatas.

Já Bodine e Giannattasio (2022) avaliaram as mudanças ocorridas no processo seletivo do Instituto Rio Branco nas últimas décadas. Segundo os autores, a partir de 2003, houve a tendência de tentar atrair maior diversidade social para as carreiras públicas federais, como a de diplomata. Um dos focos teria sido a alteração do perfil das questões formuladas no concurso para o Itamaraty. Entre 1995 e 2004, o processo teria utilizado questões que privilegiariam maior "herança cultural" vinculada a um perfil de candidato em tese mais sofisticado. Entre 2004 e 2015, as provas foram reformuladas e afastaram-se de questões relacionadas com um pretenso refinamento cultural, modificando o perfil dos candidatos aprovados.

Como modificações estruturais tendem a demorar alguns anos para surtir efeitos e outras entraram em vigor depois dos períodos analisados pelos trabalhos citados, como a instituição de reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos na administração pública federal para os negros (pretos e pardos) em 2014 (Lei nº 12.990, 2014), o objetivo deste trabalho é tentar verificar como e se as mudanças ocorridas nos últimos anos impactaram o perfil dos ingressantes na carreira diplomática entre 2011 e 2024.

2.METODOLOGIA

Foram solicitados ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), por intermédio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.br), em novembro de 2025, os seguintes dados relativos aos diplomatas empossados entre 2011 e 2024:

- Idade com que entraram na carreira;
- Raça declarada;
- Gênero;
- Graduação cursada;
- Universidade em que foi cursada a graduação;
- Cidade e estado de nascimento.

Na sequência, foram tabulados os dados enviados. O MRE ressaltou que possuía informações relativas a todos os 357 empossados no período quanto a alguns dos itens solicitados (idade, raça e gênero), a cidade de nascimento de 299 deles e o estado de origem de 296 dos novos diplomatas (já que três haviam nascido no exterior) e dados acadêmicos (graduação e universidade cursada) referentes a 251 deles.

Para fins de análise, foram realizadas comparações entre os achados deste trabalho e as descobertas dos estudos realizados por Cheibub (1989) e Lima e Oliveira (2018) quanto ao perfil dos diplomatas do país em diferentes períodos da história brasileira.

3. RESULTADOS

3.1. Raça

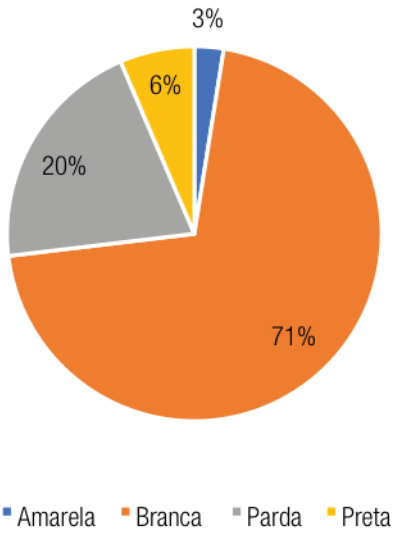
A tabela formulada por Lima e Oliveira (2018) sobre a raça dos ingressantes na carreira diplomática demonstrou que em nenhum dos períodos históricos recortados o percentual de diplomatas brancos foi inferior a 96%, a despeito da leve modificação ocorrida no cenário entre 1997-2002 (98%) e 2003-2010 (96%), o que os autores relacionam com a implantação do Programa de Ação Afirmativa (PAA), em 2002, com bolsas para candidatos afrodescendentes se prepararem para o concurso do Itamaraty.

No entanto, aparentemente, a Lei nº 12.990 (2014), que reservou àqueles que se autodeclarassem pretos e pardos na inscrição do concurso público 20% das vagas oferecidas em certames no âmbito da administração pública federal, também foi fundamental para começar a transformar o cenário que perdurou por quase dois séculos.

Como mostra a Figura 1, 71% dos empossados entre 2011 e 2024 se declararam brancos, enquanto mais de 26% se declararam pretos ou pardos. Trata-se de uma mudança histórica na composição racial do corpo diplomáticos brasileiro, já que, no período em que esse percentual foi maior, segundo Lima e Oliveira (2018), não chegou a somar 3% do total.

Os achados estão em linha com os encontrados por Silva (2023), que analisou o impacto das cotas raciais em várias carreiras de elite da administração pública federal até 2020. É importante ressaltar que a Lei nº 12.990 (2014) (revogada recentemente pela Lei nº 15.142 de 2025) estabelecia que, caso não houvesse número de candidatos negros aprovados suficiente para ocupação de todas as vagas reservadas, as remanescentes seriam revertidas para a ampla concorrência. Ou seja, não necessariamente o patamar de 20% seria alcançado em todos os concursos.

FIGURA 1 RAÇA DOS INGRESSANTES NA CARREIRA DIPLOMÁTICA (2011-2024)



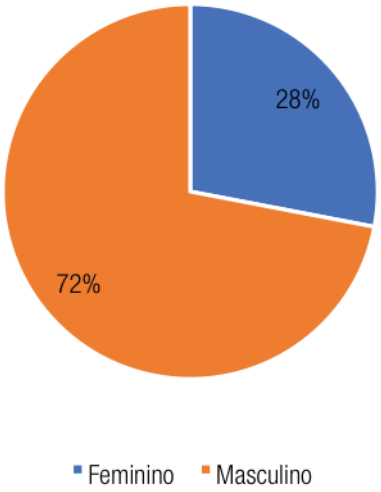
Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2025).

3.2. Gênero

Se Balbino (2011) demonstrou que, entre 1919 e 1938, apenas 18 mulheres ingressaram no Itamaraty e, após esse período, a entrada de mulheres na carreira foi proibida até 1954, a investigação de Lima e Oliveira (2018) apontou que elas representavam 10% dos ingressantes nos anos 1960. Depois de ultrapassar o percentual de 20% dos empossados, entre o início dos anos 1970 e meados dos anos 1990, a representação feminina retrocedeu a patamar inferior a 20% na virada do século e passou a representar quase um quarto do total de novos diplomatas nos anos 2000.

Os dados mais recentes apontam para uma tendência de alta, como mostra a Figura 2. Entre 2011 e 2024, 28% do total de ingressos foi de mulheres – maior patamar histórico já verificado.

FIGURA 2 GÊNERO DOS INGRESSANTES NA CARREIRA DIPLOMÁTICA (2011-2024)

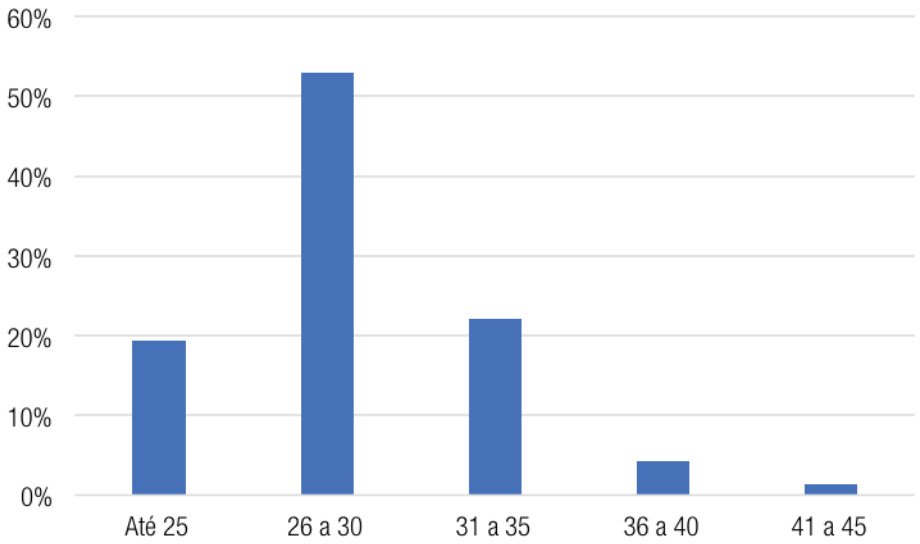


Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2025).

3.3. Idade

Quanto à faixa etária dos entrantes no corpo diplomático brasileiro, os dados apontam que 53% dos empossados entre 2011 e 2024 tinham entre 26 e 30 anos. A segunda faixa etária com mais novos diplomatas é a entre 31 e 35 anos (22%) e 19% do total possuía até 25 anos. Os mais novos tinham 22 e os mais velhos o dobro. A média foi de 29 anos.

FIGURA 3 IDADE DOS INGRESSANTES NA CARREIRA DIPLOMÁTICA (2011-2024)



Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2025).

A comparação histórica com os dados de Lima e Oliveira (2018) aponta para a continuação de um fenômeno de crescimento da idade média dos ingressantes, que chegou a estar abaixo dos 22 anos nos anos 1960, já que, até 1967, apenas o ensino médio completo era exigido para ingresso no Instituto Rio Branco. Lima e Oliveira (2018, p. 803) também demonstraram "uma média de idade crescente do ingresso de indivíduos até por volta dos 27 anos, que também acompanha a mediana da idade dos ingressantes, com extensão dos segmentos e casos desviantes, para cima, após 1996".

Um fenômeno mais recente que também pode estar ajudando a ampliar a média é o fim do limite máximo de idade para ingresso na diplomacia que, segundo Balbino (2011), foi de 32 anos durante a maior parte da história, subiu a 36 em 1996 e depois foi abolido.

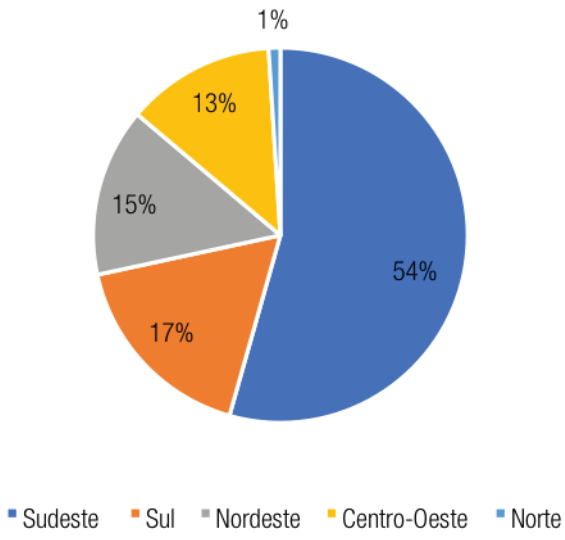
3.4. Localidade de Nascimento

Cheibub (1989, p. 100) explica que, até 1959, os "candidatos à carreira diplomática eram, em geral, moradores do Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) e adjacências, ou 'filhos de pais rico' de outros estados que podiam custear as despesas do concurso". A instituição de um processo de seleção prévio em outras cidades e de subsídios para que os selecionados realizassem a etapa final na capital começaram a modificar o cenário. Segundo o autor, em 1957, somente 16,6% dos candidatos não eram do Rio de Janeiro e, em 1959, 47,9% dos inscritos já eram de fora. No final da década de 1970, por causa também da mudança da capital para Brasília, apenas um quinto dos candidatos ainda eram do Rio de Janeiro. Lima e Oliveira (2018) apontaram também para a diminuição do número de empossados cariocas, que perderam a liderança para São Paulo nos anos 2000.

Na análise por cidade, a base de dados fornecida pelo MRE, entre 2011 e 2024, traz o Rio de Janeiro na liderança, com 45 dos 299 diplomatas com origem tabulada, seguido por São Paulo, com 42. Mas o grande destaque proporcional é Belo Horizonte, que, a despeito de possuir uma população muito inferior à do Rio de Janeiro e de São Paulo, aparece com 32 novos diplomatas, que, claramente, possuem origem concentrada em capitais no Sudeste do país. Apenas as três cidades somadas são responsáveis por 40% dos empossados tabulados no período, enquanto capitais do Nordeste do mesmo patamar populacional de Belo Horizonte, como Salvador e Fortaleza, possuem um quarto do total de novos ingressantes da capital mineira.

Quanto aos estados, o domínio de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais é ainda mais impressionante, com 52% do total de ingressantes no período. Na sequência, aparecem o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul. No entanto, é a divisão regional que traz dados mais contundentes quanto à desigualdade da representação pelo país. Como mostra a Figura 4, apenas 1% dos ingressantes incluídos no base de dados entre 2011 e 2024 vinham da região Norte do Brasil. Já a região Centro-Oeste, com patamar populacional semelhante, possui 13% do total, em razão, principalmente, do Distrito Federal.

FIGURA 4 INGRESSANTES NA DIPLOMACIA POR REGIÃO (2011-2024)



Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2025).

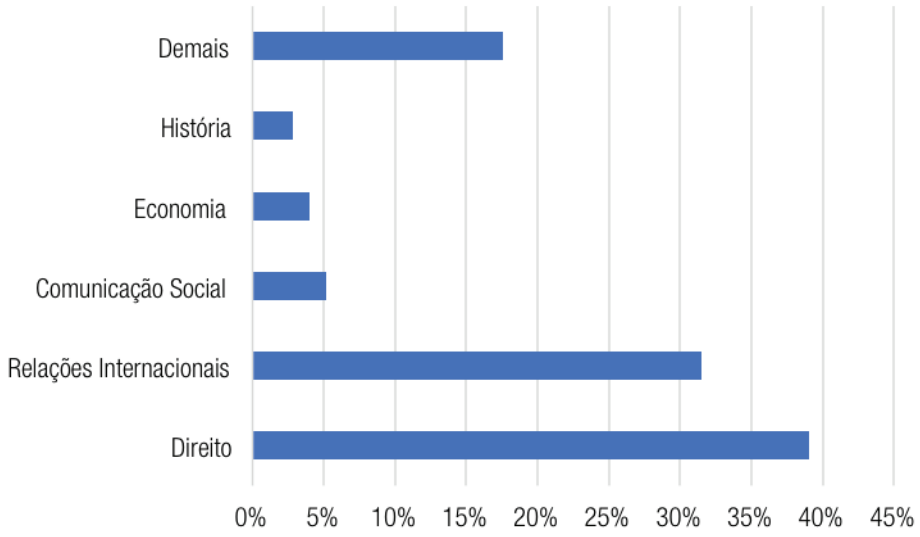
3.5. Formação Educacional

A despeito da graduação completa só ter passado a ser exigida durante os anos 1990 para ingresso na diplomacia, os dados levantados por Cheibub (1989) mostravam o claro domínio histórico dos formados em Direito, mas já destacavam um notável crescimento dos graduados em Economia/Administração (entre 1961 e 1982) e em Ciências Sociais, principalmente, entre 1961 e 1972.

Posteriormente, Lima e Oliveira (2018) apontaram o crescimento proporcional das graduações em Comunicação Social e Relações Internacionais entre os novos empossados.

Os dados enviados pelo MRE referentes ao período entre 2011 e 2024 contrariam a tendência anterior de avanço do curso de Comunicação Social, mas corroboram o movimento de forte crescimento do curso de Relações Internacionais. Em nenhum dos levantamentos realizados quanto aos períodos anteriores um curso superior pareceu ameaçar de forma tão clara o histórico domínio dos bacharéis em Direito. Os graduados em Relações Internacionais já representaram 31% dos novos empossados, contra 39% dos graduados em Direito, como mostra a Figura 5. Do ponto de vista histórico, o curso de Relações Internacionais parece ter substituído os cursos de Economia e Ciências Sociais na preferência dos ingressantes, até por reunir temas relacionados com essas duas áreas.

FIGURA 5 GRADUAÇÕES DOS INGRESSANTES NA CARREIRA DIPLOMÁTICA (2011-2024)



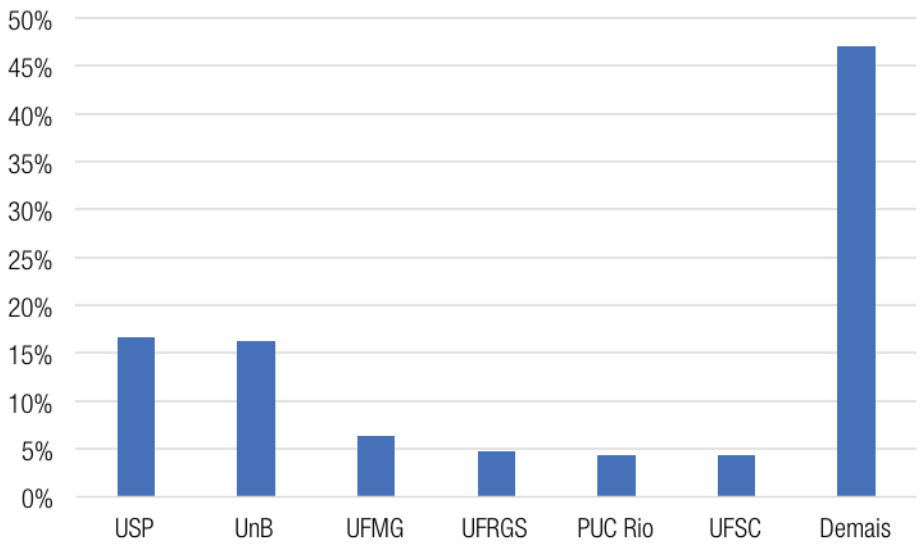
Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2025).

Herz (2002, p. 19) já apontava o crescimento da área no Brasil e a "a proliferação de cursos de graduação em relações internacionais". Mais recentemente, Pfrimer e Okado (2019) destacaram que, após o grande crescimento na oferta de cursos de Relações Internacionais em instituições privadas a partir da segunda metade dos anos 1990, principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília, os anos 2000 marcaram o início da expansão da oferta também pelas universidades públicas federais, com dispersão territorial, principalmente em direção ao Sul e ao Centro-Oeste.

O crescimento proporcional da graduação em Relações Internacionais entre os novos diplomatas é impulsionado pela Universidade de Brasília (UnB), que oferece a mais antiga graduação do Brasil na área (1974). A combinação mais frequente entre curso e universidade por parte dos ingressantes entre 2011 e 2024 é justamente Relações Internacionais na UnB seguida de perto por Direito na Universidade de São Paulo (USP).

Quando todos os cursos são contabilizados, a USP aparece como líder (17%), praticamente empatada com a UnB (16%), como mostra a Figura 6. Há predomínio claro das universidades públicas sobre as privadas, dentre as quais destacam-se as Pontifícias Universidades Católicas (PUCs), principalmente as do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais. Entre as universidades federais, além da UnB, destacam-se a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

FIGURA 6 UNIVERSIDADES EM QUE OS INGRESSANTES CURSARAM GRADUAÇÃO (2011-2024)



Fonte: Ministério das Relações Exteriores (2025).

4. CONCLUSÃO

De modo geral, a investigação do perfil dos ingressantes na principal carreira do Itamaraty, entre 2011 e 2024, aponta relevantes mudanças em algumas das principais características dos novos diplomatas.

Quanto à raça, a transformação em curso é evidente. Lima e Oliveira (2018), que analisaram séries históricas dos anos 1960 até 2010, nunca haviam apontado um percentual de sequer 3% de negros. Entre 2011 e 2024, o percentual de pretos e pardos, considerados como negros para fins de inscrição no concurso, já era superior a 26% do total de novos empossados. A relação de tal fenômeno com o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, que instituiu bolsas para negros em preparação para o concurso a partir de 2002, e com a implantação da política de reserva de cotas raciais em concursos para administração pública federal, em 2014, parece bastante óbvia.

Tal modificação estrutural no corpo diplomático brasileiro tem potencial de transformar, ao longo dos anos, aspectos das políticas públicas e da atuação internacional do país. Segundo Silva (2018, p. 152), "a possibilidade de um corpo burocrático de alto nível com representação racial significativa tem

maior potencial de mobilizar essa temática na formulação de políticas e programas governamentais", identificando, por exemplo, déficits raciais na agenda governamental ou modelando políticas públicas.

Em relação à idade, a elevação recente da média para 29 anos parece ser consequência do fim da idade máxima para ingresso na carreira, que chegou a ser de apenas 32 anos e depois de 36, em 1996, segundo Balbino (2011), até ser extinguida. A alteração pode ter contribuído para uma mudança cultural, fazendo com que candidatos mais velhos também passassem a vislumbrar a entrada na carreira. Os dados mostram que mais de 27% dos novos ingressantes, empossados entre 2011 e 2024, já possuíam pelo menos 31 anos.

Quanto ao gênero, o que se constata é a continuação do movimento de ampliação da participação feminina, que já havia sido demonstrado por Lima e Oliveira (2018). Em 2018, o Itamaraty lançou também uma campanha incentivando a participação feminina na carreira, denominada #maismulheresdiplomatas.

A maior presença das mulheres no Ministério das Relações Exteriores é fundamental, já que a "sub-representação feminina em posições de liderança no serviço público limita a incorporação de perspectivas e experiências de mulheres na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas" (Santos, 2026, p.147).

A análise quanto à proveniência dos candidatos apontou que o Sudeste continua sendo a origem predominante e que a cidade do Rio de Janeiro lidera, em linha com os achados históricos de Cheibub (1989). Um achado ainda não registrado pela literatura é a impressionante participação proporcional de Belo Horizonte, que possui quatro vezes mais novos empossados do que capitais do Nordeste do mesmo patamar populacional, como Fortaleza e Salvador. Também se destaca a ínfima participação da Região Norte, com apenas 1% do total dos novos ingressantes.

Por fim, com relação aos dados educacionais, ressalta-se o notável crescimento da graduação em Relações Internacionais entre as preferidas dos aprovados. O curso formou praticamente um terço do total de empossados constantes na base de dados do Itamaraty entre 2011 e 2024. Pelo fato de possuir uma estrutura curricular com conteúdos mais próximos aos cobrados pelo Instituto Rio Branco e ter se expandido apenas recentemente, a graduação parece forte candidata a desbancar, em um futuro próximo, pela primeira vez, o curso de Direito como o preferido histórico dos ingressantes na carreira, como apontado pelas séries temporais elaboradas por Cheibub (1989) e Lima e Oliveira (2018). A combinação mais procurada, no período analisado, entre curso e universidade foi Relações Internacionais na UnB, instituição que lidera a formação de novos diplomatas ao lado da USP.

REFERÊNCIAS

Balbino, V. R. (2011). Diplomata, substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira. Brasília: *Fundação Alexandre de Gusmão*. https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/9168

Bodine, C. S., & Giannattasio, A. R. C. (2022). O papel da herança cultural nos processos de ingresso na carreira diplomática brasileira entre 1995-2015. *Revista de Administração Pública*, *56*(5), 654-682.

Cheibub, Z. B. (1985). Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *Dados* – Revista de Ciências Sociais, *28*(1), 113-131.

Cheibub, Z. B. (1989). A carreira diplomática no Brasil: o processo de burocratização do Itamaraty. *Revista de Administração Pública*, *23*(2), 97-128.

Faria, C. A. P. de. (2012). O Itamaraty e a política externa brasileira: do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. *Contexto Internacional*, *34*(1), 311-355.

França, C. L. da, & Badin, M. R. S. (2010). *A inserção internacional do poder executivo federal brasileiro.* Fundação Friedrich Ebert no Brasil.

Herz, M. (2002). O crescimento da área de relações internacionais no Brasil. *Contexto Internacional*, *24*(1), 7-40.

Hirst, M., Lima, M. R. S. de., & Pinheiro, L. (2010). A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. *Nueva Sociedad*, *12*, 22-41.

Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006. (2006). Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, revoga as Leis nºs 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11440.htm

Lei nº 12.990, de 9 de junho 2014. (2014). Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm

Lima, R. C., & Oliveira, A. J. S. N. (2018). Manutenção e mudanças no Ministério das Relações Exteriores: perfis do corpo diplomático e padrões na carreira. *Revista de Administração Pública*, *52*(5), 797-821.

Belém Lopes, D. (2024). A política exterior no ano inaugural do governo Lula III. *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, (9), 80-102.

Milani, C. R. S., & Pinheiro, L. (2013). Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, *35*(1), 11-41.

Ministério das Relações Exteriores. (2025). *Dados enviados pelo Ministério das Relações Exteriores para a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR)*. https://falabr.cgu.gov.br

Pfrimer, M. H., & Okado, G. H. C. (2019). Dispersão e concentração espaciais dos cursos de Relações Internacionais no Brasil: contrastes e desafios da expansão da oferta nacional. *Carta Internacional*, *14*(1), 225-249.

Santos, L. da. R. (2026). Equidade de gênero na administração pública: o papel das ações afirmativas. *Revista do Serviço Público*, *76*(c), 145-166.

Silva, T. D. (2018). Gestão pública na zona do não ser: políticas públicas, igualdade racial e administração pública no Brasil. *Administração Pública e Gestão Social*, *10*(2), 148-159.

Silva, E. C. G., Spécie, P., & Vitale, D. (2010). *Atual Arranjo Institucional da Política Externa Brasileira* (Working Paper nº 1489). Ipea.

Silva, T. D. (2023). Ingressantes no Executivo civil federal: uma análise no contexto da lei de cotas no serviço público. In F. G. Lopez, & J. C. Cardoso Júnior (Orgs), *Trajetórias da burocracia na Nova República: heterogeneidades, desigualdades e perspectivas (1985-2020)* (pp. 351-70). Ipea.

Leopoldo Mateus da Silva Ribeiro

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB); Professor na Escola de Políticas Públicas, Governo e Empresas da Fundação Getulio Vargas (EPPGE FGV).
E-mail: leopoldomateus@gmail.com

CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR

Leopoldo Mateus da Silva Ribeiro: Conceituação (Liderança); Curadoria de dados (Liderança); Análise Formal (Liderança); Investigação (Liderança); Metodologia (Liderança); Administração de projeto (Liderança); Escrita – rascunho original (Liderança); Escrita – revisão e edição (Liderança).

DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

CONFLITO DE INTERESSE

Não há conflito de interesse.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Não houve utilização de ferramentas de inteligência artificial.